

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO-CE
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO DO CAMPO-DCE
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA – ÁREA DE APROFUNDAMENTO EM
EDUCAÇÃO DO CAMPO

RAYRIS KETLE DOS SANTOS LIMA

PROJETO DE RESIDÊNCIA JOVEM: CONTRIBUIÇÃO PARA O
FORTALECIMENTO SOCIAL E CULTURAL DA IDENTIDADE DE JOVENS
CAMPONESES

JOÃO PESSOA-PB

2018

RAYRIS KETLE DOS SANTOS LIMA

**PROJETO DE RESIDÊNCIA JOVEM: CONTRIBUIÇÃO PARA O
FORTALECIMENTO SOCIAL E CULTURAL DA IDENTIDADE DE JOVENS
CAMPONESES**

Trabalho de conclusão de curso (TCC) elaborado como requisito parcial para obtenção do grau de licenciatura em Pedagogia- Área de aprofundamento em Educação do campo centro de Educação - CE, campus I da Universidade Federal da Paraíba.

Orientadora: Maria do Socorro Xavier Batista

JOÃO PESSOA

2018

L732p Lima, Rayris Kettle dos Santos.

Projeto de Residência Jovem: Contribuição Para o Fortalecimento Social e Cultural da Identidade de Jovens Camponeses / Rayris Kettle Dos Santos Lima. - João Pessoa, 2018.

62 f. : il.

Monografia (Graduação) - UFPB/CE.

1. Agroecologia. 2. Identidade Camponesa. 3. Juventude. 4. Metodologia em Alternância. 5. Protagonismo. 6. Soberania Alimentar. I. Título

UFPB/BC

RAYRIS KETLE DOS SANTOS LIMA

**PROJETO DE RESIDENCIA JOVEM: CONTRIBUIÇÃO PARA O
FORTALECIMENTO SOCIAL E CULTURAL DA IDENTIDADE DE JOVENS
CAMPONESES**

Trabalho apresentado ao curso de Pedagogia – Área de aprofundamento em Educação do Campo da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciado em Pedagogia.

Orientadora: Maria do Socorro Xavier Batista

Aprovado em: 08/06/2018.

BANCA EXAMINADORA



Maria do Socorro Xavier Batista
Orientadora- DEC/UFPB



Luciéllo Marinho da Costa
Membro examinador- DFE/UFPB

Mariano Castro Neto
Membro examinador- DEC/UFPB

DEDICATÓRIA

Dedico, este trabalho inicialmente, a Deus, pela força durante todo o percurso traçado, aos meus pais, alicerces da minha vida que possibilitaram ser a minha caixa de realização de sonhos com seus esforços para que chegasse até aqui dignamente. À minha irmã, à minha tia Alvina Lima dos Santos, por inúmeras esperas de chegada da universidade, enfim a todos os familiares pela compreensão das ausências e momentos de aflição, amigos e professores, que agregaram conhecimentos ao longo deste percurso e me fortaleceram para que continuasse firme.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pois, sem sua força não teria chegado até o fim desta longa jornada. Agradeço a Ele também pelas inúmeras dificuldades ao longo deste caminho, e nunca ter me abandonado.

Ao **Movimento dos Trabalhadores Sem Terra - MST**, pelas oportunidades e conhecimento gerado na luta por uma educação digna de direito no campo agregado com a longa trajetória da minha vida como sujeito do processo da reforma agrária.

Aos companheiros e companheiras que se desdoblaram para materializar através de ajudas nas pesquisas e levantamento de dados, informações e debates: Alessandra Ferreira da Silva, Josinaldo da Silva, Laís Mendonça, Sidinéia Camilo Bezerra, Pedro Pereira do vale, Joana D'ark e o Prof. Dr. Alexandre Eduardo que forneceu os materiais que utilizei como base para a pesquisa.

À minha família querida (mãe, pai, irmã e à minha amada avó que não se faz mais presente, me transmitindo seus ensinamentos e valores essenciais para a vida), agradeço pela compreensão que tiveram com a minha ausência, agradeço também pelo eterno aprendizado.

E à querida e atenciosa Professora **Maria do Socorro Xavier Batista**, sempre à disposição, orientou-me com muita dedicação e sabedoria. Trouxe elementos teóricos que serviram de subsídio importantíssimo, e contribuiu muito para a minha formação.

RESUMO

O presente trabalho trata-se de um estudo seguido por meio da observação participante das atividades da 2ª turma do curso, do projeto intitulado "Juventude Rural: fortalecendo a inclusão produtiva na Zona da Mata e Brejo Paraibano" do PRONERA/UFPB/CNPq, no qual foi desenvolvido nos Territórios da Borborema, Zona da Mata Norte e Sul da Paraíba. Tendo como objetivo a análise da contribuição do projeto para o fortalecimento social e cultural da identidade de jovens camponeses a partir do protagonismo no desenvolvimento rural, do trabalho com a terra a partir de técnicas agroecológicas e a contribuição dos movimentos sociais do campo para o enraizamento da cultura camponesa. Com o público formado por 26 jovens camponeses filhos e filhas de pequenos agricultores familiares. Contando para elucidação da problemática existenciais advinda da marginalização do sujeito do campo que afeta a efetivação de uma identidade camponesa. Para isso foi utilizado a metodologia em alternância, divididos em dois momentos tempo escola e tempo comunidade. Tal método possibilitou o conhecimento dos educandos a cerca das problemáticas reais existentes em sua comunidade contribuindo para a desalienação dos jovens camponeses. A relevância da participação no mesmo, não é apenas a oferta de uma educação contextualizada, mais a dimensão alcançada entre a juventude como: O protagonismo, a criatividade e lideranças do futuro, inserindo-os no campo da política, da sociedade e de técnico-econômicas, fazendo com que jovens camponeses sejam protagonistas e renovador de seus conhecimentos acerca da sociedade e para o desenvolvimento agrário e a garantindo a soberania alimentar.

Palavras-chave: Agroecologia; Identidade Camponesa; Juventude; Metodologia em Alternância; Protagonismo; Soberania Alimentar;

ABSTRACT

The present work is a study about the 2nd group of the course " Rural Youth: Strengthening the productive inclusion in the Zona da Mata and Brejo Paraibano " of PRONERA / UFPB / CNPq, which was developed in the Territories of Borborema, Zona of the North and South of Paraíba. Its general objective was to enable young farmers and children of farmers to contribute to sustainable agricultural development through actions in their own communities and settlements, providing new knowledge and appropriation of technology for the consolidation of the economic autonomy and social inclusion of the Youth of the Field. The objective of the research was to analyze the contribution of the project to the social and cultural recovery of the identity of young peasants from the protagonism in rural development, from work with the land from agroecological techniques and the contribution of the movements to the rooting of culture peasant. The course was attended by 26 young peasants, sons and daughters of small family farmers in Paraíba. The course used the methodology of alternation, which is divided into two moments: time school and community time. This method made it possible for the students to be aware of the real problems in their community, contributing to the desalienation of young peasants and to the strengthening of identity. The research was done through the participant observation of the activities of the course and the analysis of documents and interview with young people. The relevance of participation in it is not only the offer of a contextualized education, but also the dimension reached among youth as: The protagonism, creativity and leadership of the future, inserting them in the field of politics, society and technical- making young peasants protagonists and renewing their knowledge about society and for agrarian development and guaranteeing food sovereignty.

Keywords: Agroecology; Peasant identity; Youth; Pedagogy of Alternation; Protagonism; Food Sovereignty;

LISTA DE SIGLAS

CPP - Coordenação Político Pedagógico.....	23
CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.....	15
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.....	14
MSPdoC - Movimentos Sociais Populares do Campo.....	37
PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agraria	13
PNAE- Programa Nacional de Alimentação escolar.....	18
PAA - Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar.....	18
UFPB - Universidade Federal da Paraíba.....	12

LISTA DE QUADROS

Gráfico 1: Contribuição no contexto de vida.....	21
Gráfico 2: Distribuição de jovens por gênero.....	23

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
2. EDUCAÇÃO DO CAMPO FORTALECENDO A IDENTIDADE CAMPONESA .	16
2.1 EDUCAÇÃO DO CAMPO, IDENTIDADE CAMPONESA JUVENTUDE CAMPONESA	16
3. LIMITES, PERSPECTIVA E ALCANCE DO PROJETO RESIDÊNCIA JOVEM 19	
3.1 MATERIAIS E MÉTODOS	19
3.2 PROTAGONISMO DOS JOVENS	21
3.3 RESGATE SÓCIO HISTÓRICO	23
4. APRESENTAÇÃO DA PESQUISA	27
4.1 DIAGNOSTICO DO PROCESSO DE PARTICIPAÇÃO DO PROJETO	27
4.2 HISTÓRIA DA MINHA FAMÍLIA NA LUTA PELA TERRA	29
5. OS CAMPONESES E AS RAZÕES SÍMBOLICAS	31
5.1 IDENTIDADE CAMPONESA FORJADA NAS LUTAS SOCIAIS	31
5.2 EDUCAÇÃO DO CAMPO	34
5.3 A RESISTÊNCIA BROTA COM A EDUCAÇÃO: MST	35
5.3.1. O QUE QUEREMOS COM AS ESCOLAS DOS ASSENTAMENTOS	35
5.4 CONTRIBUIÇÕES DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA PARA A EMANCIPAÇÃO DOS CAMPONÊS	37
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	39
REFERÊNCIAS	40
APÊNDICE	42

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho trata-se de um estudo sobre a 2ª turma do curso “ Juventude Rural: fortalecendo a inclusão produtiva na Zona da Mata e Brejo Paraibano” do PRONERA/UFPB/CNPq, o qual foi desenvolvido nos Territórios da Borborema, Zona da Mata Norte e Sul da Paraíba tendo como objetivo geral capacitar jovens agricultores(as) e filhos(as) de agricultores (as) para que possam contribuir com o desenvolvimento agrário sustentável a partir de ações em suas próprias comunidades e assentamentos, propiciando novos conhecimentos e apropriação de tecnologia para a consolidação da autonomia econômica e inclusão social das Juventudes do Campo.

O Curso ocorreu no ano de 2017, realizado no Centro de Ciências Humanas, Sociais e Agrárias (CCHSA), campus III da Universidade Federal da Paraíba, em Bananeiras.

O estudo teve como tema “Projeto Residência Jovem: contribuição para o Fortalecimento Social e Cultural da Identidade de Jovens Camponeses” destacando como objetivo a análise dos impactos na vida dos educandos e os elementos que possibilitaram o fortalecimento da identidade camponesa dos participantes do projeto.

Esse curso foi promovido pelo Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA, que é fruto das lutas e conquistas dos movimentos sociais do campo que além da luta pela terra, pela conquista de direitos tem lutado por uma Educação do Campo que atenda aos interesses e necessidades dos camponeses, que aliada de um projeto de desenvolvimento sustentável de agricultura camponesa agroecológica e contribua para a emancipação social, política, econômica e cultura dos povos do campo.

A luta por educação se dá em virtude da negação histórica do direito a educação para aqueles que vivem no/do campo, especialmente no que se refere à uma educação que contribua para uma vida digna no campo. Nessa direção a conquista do PRONERA tem possibilitado a oferta de diferentes projetos educativos para os jovens e adultos camponeses e o Curso Juventude Rural: fortalecendo a inclusão produtiva na zona da mata e brejo paraibano se insere nesse contexto.

O projeto além, da sua importância enquanto contribuição para a concepção do conhecimento de jovens camponeses e da atuação na agricultura sustentável também exerceu o papel de fortalecimento da identidade desses sujeitos valorizando o campo com meio de vivência e permanência, deixando aquela concepção do campo como lugar atrasado.

O foco principal do curso era dar visibilidade aos jovens protagonistas de suas próprias histórias, que lutam por uma sociedade igualitária e mais justa, para bem econômico, para a igualdade de gênero, pela soberania alimentar e a quebra de rupturas impostas pelo sistema do capitalismo.

Como filha de camponeses que moram no campo tive oportunidade de participar deste curso que teve como objetivo a capacitação de jovens evidenciando as práticas de produção coletiva e agroecológica, pude perceber a importância de projetos como este para a formação de jovens residentes no campo, pois a nossa identidade vem sendo fortalecida ao longo do tempo a partir das demandas dos movimentos e organizações sociais dos trabalhadores camponeses que visa desenvolver novas concepções quanto ao campo e desconstruiu os paradigmas do campo como lugar atrasado.

Assim, pude perceber a importância da minha atuação e dos demais jovens que participaram dessa jornada pelo saber para a reconstrução da sociedade brasileira.

Nesse sentido, o curso suscitou alguns questionamentos: Quais repercussões na vida social e política dos jovens egressos do curso? Quais as concepções teórico-metodológicas do curso? Como se deu a execução do curso?

Para responder a esses questionamentos definimos como **objetivo** geral analisar as repercussões sociais e políticas do curso na vida dos jovens egressos. Como objetivos específicos analisar as concepções teórico-metodológicas do curso; evidenciar como se deu a execução do curso.

A pesquisa, pela especificidade do objeto e dos objetivos se define como qualitativa. Para efetivar a investigação recorreremos aos seguintes procedimentos metodológicos: análise documental e entrevistas semiestruturadas. A análise documental se refere ao projeto político pedagógico e do relatório final do curso que nos foi fornecido pela coordenação.

A análise dos documentos foi feita no sentido de buscar identificar as concepções político pedagógicas que embasaram o curso e verificar como se deu sua execução. As entrevistas semiestruturadas foram realizadas com egressos do Curso buscando evidenciar e analisar as repercussões sociais e políticas do curso na vida dos jovens egressos.

Sendo uma técnica decisiva para a pesquisa em ciências sociais e humanas, a análise documental é indispensável porque realizada a partir de documentos, contemporâneos ou retrospectivos, considerados cientificamente autênticos para a obtenção e análise de dados.

A análise documental constitui uma técnica importante na pesquisa qualitativa, seja complementando informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema (Ludke e André, 1986).

Nota-se que a análise dos relatórios e do projeto pode evidenciar os limites, perspectivas e alcance na vida do público atendido. E analisa também a efetivação de outros pontos de relevância social como a construção dos saberes da terra, o protagonismo e a ruptura do antagonismo e as relações de gêneros.

Para Triviños (1987, p. 146) a entrevista semi-estruturada tem como característica questionamentos básicos que são apoiados em teorias e hipóteses que se relacionam ao tema da pesquisa. Os questionamentos dariam frutos a novas hipóteses surgidas a partir das respostas dos informantes. O foco principal seria colocado pelo investigador-entrevistador. Complementa o autor, afirmando que a entrevista semi-estruturada “[...] favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade [...]” além de manter a presença consciente e atuante do pesquisador no processo de coleta de informações (TRIVIÑOS, 1987, p. 152).

Para Manzini (1990/1991, p. 154), a entrevista semi-estruturada está focalizada em um assunto sobre o qual confeccionamos um roteiro com perguntas principais, complementadas por outras questões inerentes às circunstâncias momentâneas à entrevista. Para o autor, esse tipo de entrevista pode fazer emergir informações de forma mais livre e as respostas não estão condicionadas a uma padronização de alternativas. Um ponto semelhante, para ambos os autores, se refere à necessidade de perguntas básicas e principais para atingir o objetivo da pesquisa. Dessa forma, Manzini (2003) salienta que é possível um planejamento da coleta de informações por meio da elaboração de um roteiro com perguntas que atinjam os objetivos pretendidos. O roteiro serviria, então, além de coletar as informações básicas, como um meio para o pesquisador se organizar para o processo de interação com o informante.

Numa linha de pesquisa mais ampla podemos dizer que para Triviños e Manzini acerca da entrevista semiestruturada tendo por objetivo evidenciar e atingir ao máximo de clareza sobre questionamentos sociais levantados durante toda a pesquisa, fazendo com que tenhamos maior dimensão do campo pesquisado.

Os documentos analisados foram o projeto e o relatório final do curso fornecidos pelo Prof. Dr. Alexandre Eduardo, coordenador do curso. Os sujeitos da pesquisa foram cinco jovens filhos e filhas de agricultores familiares de assentamentos da reforma agrária e/ou comunidades

rurais, sendo três do Assentamento Chico Mendes, no município de Riachão do Poço, um do Assentamento Tiradentes e outro do Assentamento Zumbi dos Palmares em Mari-Pb.

Os perfis desses Jovens eram filhos e filhas de agricultores familiares residentes em assentamento/acampamento e comunidade no campo que antes de sua participação neste curso muito pouco sabia da sua importância como sujeito de transformação social. E que a partir da sua interação com demais realidades teve maior dimensão das ações extensionistas, educativas ou organizativas junto à sociedade civil organizada, aos movimentos sociais ou a órgãos do estado para a mudança da concepção de campo como lugar atrasado.

O presente trabalho está dividido em três capítulos : No primeiro capítulo faz uma breve análise da importância da aplicação do projeto Juventude Rural: Fortalecendo a Inclusão Produtiva na Zona da Mata e Brejo Paraibano ao qual participei, no segundo faz um percurso de fatores que contribuíram para a efetivação da educação de direito no campo: Educação do campo, Identidade camponesa, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e as razões simbólicas do campo e por fim no terceiro capítulo descreve a atuação do projeto residência jovem e a desvalorização da vida no campo: Como fica o jovem?

2. EDUCAÇÃO DO CAMPO FORTALECENDO A IDENTIDADE CAMPONESA

Neste capítulo discutiremos teoricamente os conceitos que fundamentam o objeto de estudo: Educação do Campo, Identidade Camponesa Juventude Camponesa.

2.1 EDUCAÇÃO DO CAMPO, IDENTIDADE CAMPONESA JUVENTUDE CAMPONESA

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e textos sobre a Constituição de 1988 a educação para as populações do campo no Brasil, apesar de se tratar de um país de origem agrário durante muito tempo manteve-se no esquecimento, prova disso é que este tipo de educação sequer foi citado nos textos constitucionais até 1891, confirmando os descasos dos dirigentes e as matrizes culturais centradas no trabalho escravo, na concentração fundiária, no controle do poder político pela oligarquia e nos modelos de cultura letrada europeia “*urbanocêntrica*”.

Esse panorama condicionou a história da educação escolar brasileira e deixou como herança um quadro de precariedade no funcionamento das escolas do campo: em relação aos elementos humanos disponíveis para o trabalho pedagógico, a infraestrutura e o espaço físico inadequado, as escolas mal distribuídas geograficamente, a falta de condições de trabalho, salário defasado, ausência de formação inicial e continuada adequada ao exercício docente no campo e uma organização curricular descontextualizada da vida dos povos do campo, são partes dos problemas que acometem a educação do campo no Brasil.

A ausência de políticas públicas eficazes para a educação, historicamente tem sido um problema capital no Brasil, esta ausência que dar-se tanto na escola urbana quanto principalmente nas escolas do campo, tem feito deste país um gigante a ser despertado neste sentido.

Pensando em como se dá este trabalho, de que forma ele é aprendido pela sociedade, como a família do campo absorve estes ideais é que este estudo se baseia nas experiências dos impactos na vida dos educandos que participaram do projeto Juventude Rural: fortalecendo a inclusão produtiva na zona da mata e brejo paraibano– CNPq

Em 2010, no Brasil, apenas 15,65% da população (29.852.986 pessoas) viviam no campo, enquanto 84,35% na zona urbana (160.879.708 pessoas). Entre os municípios, 67 tinham 100%

de sua população vivendo no meio urbano e 775 com mais de 90%. Por outro lado, apenas nove tinham mais de 90% de sua população vivendo no campo (IBGE, 2010), esse fator é bastante preocupante, pois, além das inúmeras dificuldades enfrentadas por aquelas pessoas que faziam a imigração do campo para a cidade, o êxodo rural gerava um série de problemáticas para aquelas cidades que de um dia para o outro via o número populacional triplicar; gerando a falta de empregos, crise alimentar já que o campo não produzia os alimentos se tornavam cada vez mais escarço tendo como consequência a miséria para a população brasileira.

Segundo Torquato (2015, p. 64) “O Brasil é responsável por 20% da biodiversidade do planeta. Associada a essa biodiversidade está o conhecimento dos povos e comunidades tradicionais”, porém:

A desvalorização dessas tradições e da biodiversidade pode expor mais os jovens à violência, as comunidades podem não contar com os jovens para garantir sua sucessão geracional e a transmissão desses saberes, a promessa da floresta em pé pode ficar comprometida se não usarmos a biodiversidade e seu valor, o conhecimento tradicional pode se perder, ao longo dos anos, se os jovens não o conhecerem. (TORQUATO, p. 65).

Quanto esses dados preocupantes se direcionam para o âmbito do meio social ao qual se relaciona os jovens, percebemos como é grande o descaso e a falta de políticas públicas que possibilite a transformação desses sujeitos, aumentando os números das estatísticas de mortalidades dos jovens brasileiro.

Essa perspectiva difere da comumente voltada para a juventude, como aponta Castro (2009).

O final do século XX e nesse início do século XXI temos presenciado um grande impulso no debate sobre juventude. Permeada por definições genéricas, associada a problemas e expectativas, a categoria tende a ser constantemente substantivada, adjetivada, sem que se busque a auto percepção e formação de identidades daqueles que são definidos como “jovens”. Um grande desafio é dessubstancializar essas categorias e procurar compreendê-las em seus múltiplos significados (CASTRO, 2009).

Como menciona Castro (2009) a formação para jovens existente em nossa sociedade no século XXI, são múltiplas e muitas das vezes com ações genéricas, porém aqueles jovens do campo gerados em meio a luta por questão agrária percebesse um descontentamento ao que se é ofertado pela sociedade, fazendo com que eles assumam o papel de protagonistas na defesa de suas ideologias. Desta forma o projeto cumpri com o seu papel do desenvolvimento intelectual e social para a efetivação da emancipação dos educandos.

Hoje, no Brasil, vivemos uma efervescência política, nossos jovens se deparam com desafios ainda maiores, em que não basta ter somente um ambiente equilibrado, as condições de viver, mas também é preciso transformar as relações sociais, políticas, sobretudo na luta por direitos e justiça. (SALDANHA, CALIXTO E BERTE, 2015, p. 5)

Nota-se a insatisfação do comodismo entre os jovens e a necessidade de busca por algo mais relevante em suas vidas, e que a participação dos mesmos ganha maior simbologia na construção social.

3. LIMITES, PERSPECTIVA E ALCANCE DO PROJETO RESIDÊNCIA JOVEM

3.1 MATERIAIS E MÉTODOS

Trata-se de um estudo a partir da observação de relatórios fornecido pelo coordenador do projeto Alexandre Eduardo de Araújo e participação junto às atividades desenvolvidas na 2ª turma do curso acontecido como parte do projeto intitulado “ Juventude Rural: fortalecendo a inclusão produtiva na Zona da Mata e Brejo Paraibano” do PRONERA/UFPB/CNPq, no qual foi desenvolvido nos Territórios da Borborema, Zona da Mata Norte e Sul da Paraíba, que aconteceu em 2017, com o público formado por 26 jovens filhos e filhas de agricultores familiares assentados da reforma agrária e/ou moradores de comunidades rurais, com idade entre 15 e 29 anos, com ensino médio completo e que já participavam de ações extensionistas, educativas ou organizativas junto à sociedade civil organizada, movimentos sociais ou a órgãos do estado.

O processo de aprendizagem do projeto foi realizado pela metodologia em alternância, que se distribuiu em dois momentos educativos complementares e integrados: tempo escola e tempo comunidade. O tempo escola foi dividido em três módulos de 54 horas cada um, onde aconteceram aulas teóricas e práticas, totalizando 162 horas. E o tempo comunidade da mesma maneira, foi dividido em 3 módulos, totalizando 160 horas. Os tempos teóricos e práticos somaram em 322 horas. O seguimento do projeto por meio do processo metodológico que utilizou a alternância dos tempos foi proeminente tanto para mim, como bolsista do projeto, pois pude fazer as observações, ter acesso às informações para esse estudo e ter uma visão mais ampla sobre os aspectos referente ao campo e o modo de vida das pessoas, como também foi importante para o processo de formação dos educandos, assentamentos e comunidades.

O intuito do tempo escola foi conduzir a aprendizagem a partir de assuntos sobre a vitalização da questão agrária e de produção sustentável com base agroecológica, resgate histórico das lutas vivenciadas pelas pessoas do campo, zoneamento agrícola, agroecologia x agronegócio, entre outros. Dentre as atividades presenciais desse tempo foram realizadas visitas de intercâmbios às comunidades e assentamentos com experiências consolidadas de produção, organização, agroindustrialização, cooperativismo e integração com políticas públicas conquistadas pela Agricultura Familiar, por exemplo, o PNAE e o PAA.

O tempo comunidade foi acompanhado pela equipe de Coordenação Político Pedagógica – CPP do projeto, onde os estudantes desenvolveram em sintonia com as dinâmicas locais as atividades definidas no tempo escola, aprimoraram o que já existia em seus devidos locais ou retomaram o que estava parado. Sendo assim, aperfeiçoando e melhorando as atividades, usaram seus conhecimentos para otimizar seus espaços produtivos mediante relação grandiosa homem-natureza, interação pai-filho, produção orgânica, agroecológica, não utilização de produtos químicos nos cultivos entre outros, e mobilizaram outras pessoas da comunidade acerca da relevância da agricultura e como ela deve ser estabelecida.

Nesse tempo, alguns educandos que moravam em comunidades próximas, optaram por fazer as atividades práticas em grupo. Os educandos do curso passaram por uma formação contextualizada com suas realidades, onde buscou-se potencializar as vocações existentes, tanto no aspecto teórico quanto prático. Para o ingresso dos educandos no curso foi efetuada uma seleção, que constou de entrevista oral e redação sobre a necessidade de pessoas que promovam o desenvolvimento agrário sustentável, solidário e a agroecologia.

A partir das redações feitas pelos educandos do curso acerca das suas principais perspectivas, pensamentos e anseios em relação a agricultura, dessa forma, eles próprios se inserindo nos aspectos agrários, foi realizado neste estudo para obtenção dos dados e análise do TCC, um levantamento dessas informações que serviram como base para identificar quais suas percepções concernentes à agricultura. Sobre este aspecto, por meio das redações incluiu-se a maioria dos educandos, não todos porque alguns se abstiveram de pontuar sobre essa abordagem.

Os textos elaborados em redações pelos estudantes trouxeram muitos sentidos de várias realidades, interpeladas de acordo com a vivência e história de cada pessoa e de acordo com a forma de ler e sentir estes locais por cada um, com isso, para análise do TCC tentou-se trazer uma visão geral, mas com partes específicas, diante de uma releitura do que eles passaram na escrita na qual foi traçado alguns pontos citados e discutidos com mais ênfase pela maioria dos educandos, tentando expressar os pontos na própria linguagem deles, para ser mais fiel ao que foi colocado, uma vez que, os mesmos educandos podem pensar dentro de uma mesma lógica sobre o mesmo item.

Além das percepções identificadas por meio das redações, também foi elaborado um levantamento com quase todos os educandos do curso, destacando problemáticas que por muito permeiam os espaços do campo, onde nem todos quiseram salientar sobre este outro assunto.

E por último, da mesma maneira, para análise do TCC, foi feito um recorte do projeto, selecionando 5 educandos do curso, mostrando a contribuição do curso no contexto de vida deles e como o curso colaborou politicamente, técnico-economicamente e socialmente. Referente ao recorte do projeto foi realizada uma entrevista aberta, semiestruturada, com os 5 educandos do curso, em que foi preparado um roteiro com 3 tópicos, como pode ser observado no anexo.

A entrevista, inicialmente, foi realizada com pontos mais gerais, já preparados, após com o decorrer da conversa de modo fluido e forma espontânea, onde eu como bolsista do projeto já tinha bastante interação com os educandos, os mesmos ficaram muito à vontade, em que foi uma conversa confortavelmente flexível e com o passar da entrevista ia surgindo novas questões na qual a conversação ocorreu de modo bastante descontraído.

Desta forma, a partir das falas mencionadas e discutidas com maior destaque pelos próprios, pegou-se alguns itens abordados pelos 5 educandos do curso e tentou-se explicar as expressões na própria linguagem deles, para ser mais exato ao que foi exposto, ou seja, sendo elaborada uma releitura do que eles passaram na entrevista, conforme a vida de cada jovem.

As ideias e opiniões dos educandos podem repetir sobre o mesmo item. Pertencente as observações, eu sempre estava presente no tempo escola e tempo comunidade. Pertinente ao tempo escola, fui incessantemente acompanhava pelos coordenadores CPP nos momentos de sala de aula como também nas aulas práticas e visitas de intercâmbio, estava inteirada, acompanhada também de discussões das atividades em grupos quando existiam e disposta a ajudar quando os educandos precisassem.

3.2 PROTAGONISMO DOS JOVENS

Historicamente o êxodo rural é uma problemática eminente que assola os campos brasileiros e que apesar de ser um país historicamente agrário. Nota-se a desvalorização para a permanência principalmente entre os jovens de forma que podemos perceber a partir de alguns dados fornecido pelo projeto percebemos as percepções dos educandos concernente à agricultura por meio dos debates, que elencavam a falta de protagonismos na agricultura, de políticas públicas para o campo e investimentos como um dos fatores para a efetivação e fortalecimento da juventude camponesa.

De modo, que a falta de oportunidade para os educandos, a sua permanência no campo sem projetos que dialogue com a realidade deles, estes ficam impossibilitados de cooperarem e dialogarem com suas realidades e de suas famílias, assim, alguns ficam desesperançosos e desestimulados de permanecer nestes ambientes.

Como podemos perceber no Gráfico 1 - Contribuição no contexto de vida. Além de algumas questões destacadas em relação as percepções identificadas e problemáticas vistas pelos educandos, nele exibe como o curso de extensão contribuiu no contexto de vida da juventude. E como ajudou para a emancipação do público atendido.

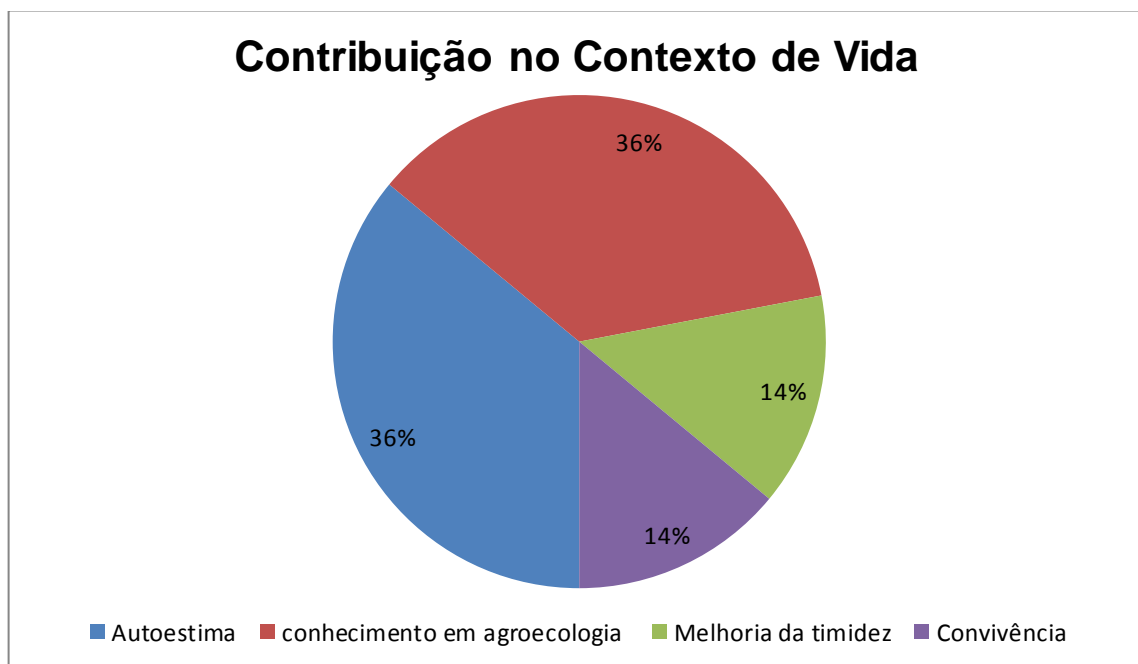


Gráfico 1. Contribuição no contexto de vida

Nota-se que a partir da modificação da autoestima e da percepção quando se refere a vários fatores deles quanto sujeito do campo, antes resguardado e a partir de sua valorização potencializou suas capacidades de força e dignidade. Atualmente, foi construído o orgulho e a percepção da luta por mudanças, da realidade, da sociedade, do uso de substâncias tóxicas na produção agrícola, entre outros, os mesmos agora estão conscientes do seu papel social de forma a instigar, inspirar e com senso libertador.

Outra modificação na realidade do público atendido foi a perda da timidez, pois como tinha que conviver com outros jovens, em que a troca de saberes se fazia necessário para a interação no dia-a-dia iam compartilhando a sua realidade e com o passar do tempo construindo o conhecimento de cada um.

O assunto sobre convivência também foi relatado, a partir das relações mais próximas devido ao desenvolvimento dos projetos construídos por cada educando não só no âmbito comunidade mais como no tempo escola com jovens camponeses pertencentes a área de assentamento/acampamento e comunidades rurais. Mas também a convivência com a Coordenação Político Pedagógica (CPP), que orientavam durante todo o processo de aplicação do projeto.

O curso não colaborou apenas na solução de problemáticas da vida, mais como também em questões para a formação de âmbito agroecologia, agricultura orgânica, elaboração de trabalhos, projetos e outras questões teóricas e práticas, sendo assim, refletindo do mesmo modo nas atitudes e ações diárias, ou seja, na vida. Da mesma maneira, buscou-se analisar a dimensão política.

3.3 RESGATE SÓCIO HISTÓRICO

Dados do relatório final do projeto do CNPq Residência jovem, destaca a importância da presença das jovens mulheres nesse processo de formação, embora a ideia seria de manter uma equidade entre homens e mulheres, o número de mulheres inscritas ultrapassou significativamente o número de homens, o que refletiu no resultado final dos selecionados (Gráfico 2). Podemos considerar um aspecto positivo quanto à inclusão de um maior percentual de mulheres, tendo em vista a necessidade de contribuição para emancipação das mulheres do campo.

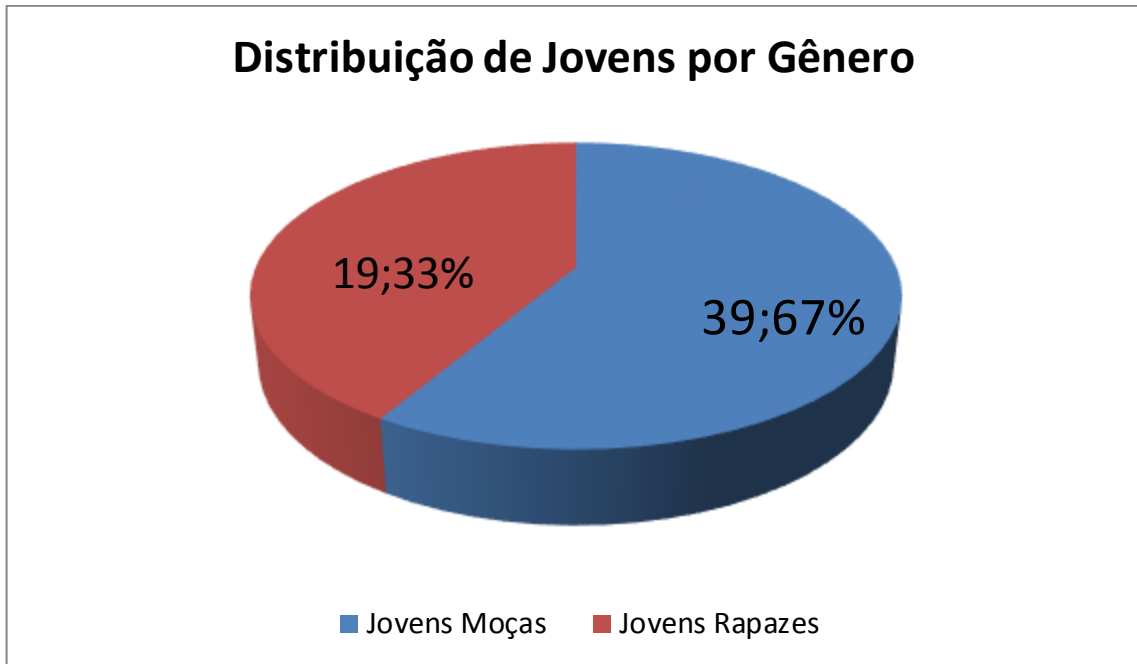


Gráfico 2. Distribuição de jovens por gênero

Notou-se uma considerada participação das mulheres nas decisões no meio rural. Um dos pontos que ganhou força no processo de seleção desses sujeitos que além de ter ultrapassado o número previsto de inscrição das mulheres versus dos homens, foi a produção textual que evidenciavam a necessidade do fortalecimento da juventude rural. Fazendo com que o texto ganhasse maior sentido em relação a realidade, a história individual de acordo com as vivências.

Conforme conclusão do projeto do CNPq Residência Jovem, que traçam alguns pontos citados e discutidos com mais ênfase pela maioria dos jovens, tentamos expressar os pontos na própria linguagem deles, para ser mais fiel ao que foi colocado.

Um ponto que recebeu maior destaque foi o fortalecimento da juventude, seja por meio de políticas, de investimentos no campo ou de projetos como estes, justificam essa necessidade pelo fato da falta de oportunidade para os jovens permanecerem no campo, sem projetos voltados para a realidade deles, estes ficam impossibilitados de colaborar e dialogarem com suas realidades e de suas famílias, assim, muitos não têm perspectivas de permanecer nestes espaços, migrando para outros.

Outro ponto citado em muitos momentos foi com relação a qualidade de vida, onde os jovens chamam atenção dentro dessa “qualidade de vida” para saúde e alimentação saudável, destacando sua importância para a comunidade e a colaboração que eles podem vir a estar dando nestes espaços, por meio de conscientização, como pelo uso de agrotóxicos, ponto destacado como problemática mais à frente. Oito jovens citam a importância dos recursos

naturais, e de sua preservação, cuidado, manejo e práticas adequadas, sendo destacado por muitos a importância da terra e seu significado para os sujeitos do campo, como base nos processos produtivos.

Quando os jovens colocam o valor pelas tradições de cada comunidade, nestas “tradições” eles citam as práticas utilizadas e ensinamentos passados de geração para geração. Neste ponto, é colocada a importância do resgate de algumas práticas alternativas e em outros momentos da reavaliação de outras, como a utilização de queimadas e o uso exacerbado de agrotóxicos.

Os jovens falam da modernidade e do avanço e uso das tecnologias como fator de grande influência para essa geração, podendo afetar de forma significativa, tanto positiva como negativamente na vida e desenvolvimento dentro do mundo destes sujeitos, alguns destacam a necessidade do uso destas tecnologias estarem em diálogo com essa juventude, buscando meios para que esse mundo tão atrativo para a juventude venha a está contribuindo nos espaços do campo.

Muitos dos jovens selecionados já estão em interação com algumas dinâmicas formativas em espaços diversos, outros já possuem como formação curso técnico profissionalizante, assim, possuem conhecimento aprofundado em alguns aspectos. Diante disso, estes sujeitos destacam o uso de práticas alternativas como de suma importância para a juventude e suas famílias nos processos produtivos no campo e a necessidades destas práticas serem apreendidas e socializadas entre os vários sujeitos.

Outro ponto que chama atenção é quando alguns deles destacam que essa juventude deve estar ocupando os espaços participando de discussões para formação de uma consciência política, para dialogar com os espaços do campo, contribuindo junto a família, a comunidade, o acampamento, o assentamento.

Assim, outros pontos também foram destaques nas percepções dessa juventude, como a convivência com o meio, sendo possível entender suas limitações e respeitá-las, a preocupação com as futuras gerações e o espaço que estamos deixando para elas. Eles destacam ainda a necessidade de diálogo com a juventude da cidade, os jovens urbanos precisam entender a importância do campo para sobrevivência dos povos, para a soberania alimentar, para a sustentabilidade, etc.

Ainda destacam a valorização das mulheres dentro deste campo, do meio rural, dos espaços produtivos, valorização do trabalho e da mulher enquanto sujeito de direito. E por fim, destacam a economia como fator relevante dentro desses processos produtivos, entretanto que

esta deve dialogar com os outros tantos fatores: sociais, culturais e ambientais. Além das percepções identificadas, vontades, desejos, anseios, sonhos, os jovens também destacaram problemáticas que por muito permeiam os espaços do campo, cada um em sua realidade, pontou o que lhe afligiam, alguns se abstiveram de pontuar problemáticas.

Dentro destas questões destacamos algumas, como a preocupação com o desmatamento e o uso de agrotóxicos, muitos dos jovens se inquietam com essa difícil realidade no campo, estes, fazem uma discussão enfocando a importância do trabalho de conscientização dos que ocupam estes espaços, pois eles identificam estas questões como imprescindíveis, pois afetam a saúde da mulher, do homem e do meio ambiente.

Outra problemática observada foi em relação à questão da saída da juventude camponesa para os grandes centros, diante da falta de possibilidades destes jovens eles buscam oportunidade de trabalho e geração de renda fora do campo, assim o campo vem envelhecendo, ficando ainda mais notório a necessidade de processos e investimento voltados para esse público. Essas informações foram essenciais para que as atividades planejadas nesse projeto pudessem atuar diretamente na mitigação dos problemas diagnosticados.

4. APRESENTAÇÃO DA PESQUISA

4.1 DIAGNOSTICO DO PROCESSO DE PARTICIPAÇÃO DO PROJETO

O diagnostico do processo de aplicação do projeto Residência foi realizado a partir do relato do processo de luta individual para a permanência do jovem em sua comunidade, assentamento/acampamento.

A partir da utilização da pedagogia da alternância as aulas em tempo comunidade possibilitaram o conhecimento da minha localidade e das especificidades do Assentamento Tiradentes ao qual resido desde do ano de 2012. A partir dessas reflexões a cerca de como ocorre a formação da identidade de um individuo que reside no campo por meio do projeto Residência Jovem. Notou-se por meio da fala de alguns participantes o quanto, modificou a sua vida individual e coletiva.

Para Snyders (1981), os alunos do campo pedem que a escola lhe fale deles mesmos e do seu tempo, do seu mundo e das suas lutas – o que implica uma conexão direta entre Movimento Social e que passa na escola, deste modo se vai muito longe à exigência e transformação.

Diante desses fatos a cerca da historicidade da educação do campo, o Projeto de Residência Jovem traz consigo a importância da valorização do protagonismo dos movimentos sociais e seus indivíduos. O primeiro passo para esse dialogo foi ouvir as experiências da participação no projeto e os reflexos de ações nos assentados. Para isso foi levantado os seguintes questionamentos. Qual a importância do curso Residência Jovem para a sua formação social e política? E como isso se reflete em sua atuação em comunidade?

A participação do curso para a minha vida foi de extrema importância, pois através dele comecei a mim relacionar melhor com coletivo, a partir das atividades desenvolvidas em minha comunidade. Pude ter um novo olhar a cerca da importância das minhas atuações em sociedade e principalmente na transformação da atual conjuntura política na qual nos encontramos. (Margarida Maria Alves)

Sou um sujeito que nasceu nas lutas pela reforma agrária, filha de um agricultor e mãe militante formada em pedagogia, pelo Movimento dos trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) do Estado de Pernambuco. Apesar de ter todas essas ferramentas possibilitadoras do

conhecimento de minha própria realidade e atuar em grupos de valorização da cultura camponesa, não era conhecedora da minha importância como sujeito que faz parte do processo de transformação social; só pude ter dimensão do meu papel, a partir da minha participação no projeto de Residência Jovem, no qual tive experiências de trabalho coletivo, debates para troca de conhecimentos e formação com professores conhecedores do trabalho no campo.

Daí percebi que para ser um sujeito transformador teria que iniciar o processo de mudança em minha própria comunidade, o Assentamento Chico Mendes, com o projeto de criação de uma praça ecológica, que teve o envolvimento de crianças, jovens, adultos e coordenadores do núcleo de base. Experiência que jamais esquecerei, onde tive a certeza que a juventude presente é capaz de mudar estereótipos, destinos e realidades.

“Chico Mendes”

O curso foi fundamental para me tornar a pessoa, a jovem liderança que sou hoje. Nele pude conhecer um pouco mais da verdadeira história que reje sobre a nossa sociedade, me fez ouvir, avaliar e formar as minhas opiniões e tomar as minhas próprias decisões, a me colocar e defender as bandeiras de lutas que antes nem sabia que existiam.

Me fez abrir os olhos pra enxergar o mundo que realmente vivemos, me fez conhecer os meus direitos e deveres, e principalmente me fez descobrir a pessoa de garra e coragem que existia dentro mim, e que eu mesmo desconhecia.

Me abriu portas que antes deixava se fechar, não por causa da minha incapacidade, mas devido o grau de timidez existente; e que aos poucos em cada etapa, em cada atividade ia deixando ela de lado, pois aprendi a visar meus objetivos e sonhos. Aprendi que na vida nem tudo é como desenham para nós, é necessário conhecer a real história para se ter a verdade, que é preciso está na luta sempre, mesmo não sendo fácil, mas preciso em defesa do direito de todos.

Participar desse curso só foi possível pela parceria existente com as entidades que eu represento: a ASPTA e o POLO DA BORBOREMA. Parceria essencial para o meu crescimento e de vários outros jovens, fortalecendo e afirmando a nossa identidade enquanto jovem camponeses.

A atividade relacionada ao Assentamento OZIEL PEREIRA que era de uma praça, fez com que a comunidade se reconhece a força e a determinação de um grupo de cinco jovens, que mesmo inexperientes, inseguros e com várias barreiras em seus caminhos não pensou em desistir em nenhum momento, pelo contrário, era mostrar que seriam capaz de realizar tamanho feito, desconstruindo o velho ditado existente que juventude não quer nada, mostrando o quanto é responsável e quando deve ser valorizados.

“Olga Benário Preste”

De forma que percebemos como potencializa a capacidade de protagonista, desses educandos a partir do envolvimento para a transformação e construção de um mundo novo partindo inicialmente de suas comunidades, assentamentos ou acampamento.

4.2 HISTÓRIA DA MINHA FAMÍLIA NA LUTA PELA TERRA

Queremos uma justiça social que combine com a justiça ecológica. Uma não existe sem a outra. (Leonardo Boff). Como podemos observar a citação de Boff o povo que luta pela Reforma Agrária, quer simplesmente ser detentor e provedor da alimentação não apenas de sua família, mais como de uma sociedade civil organizada e que seu trabalho, seja socialmente valorizado.

A partir desse levante a cerca da importância da mãe terra para nós, assentados da reforma agrária, vou fazer um breve retrocesso a cerca da luta da minha família por essa dignidade e pela soberania alimentar.

Como iniciar a discursão acerca da temática sem fazer uma breve reminiscência, a cerca da minha própria trajetória como sujeito do processo de luta pela reforma agrária?

A nossa vinda a essas terras surgiu através de um convite feito por um amigo do meu pai em seu local de trabalho (oficina mecânica), que a início não lhe despertou grandes interesses, por não acreditar muito na causa. Em um dado momento ao iniciar as ocupações das terras da antiga Fazenda Gindiroba, o mesmo amigo lhe refez o convite, que foi aceito.

Nas primeiras horas do dia, do ano de 1999, fizeram a ocupação das terras da Fazenda Gindiroba, onde se iniciou a construção do acampamento que homenageou ao líder Revolucionário Tiradentes.

O acampamento era visto pela população urbana e também dos próprios acampados como um ato de vandalismo e, ai surgiram os primeiros desafio que iríamos enfrentar coletivamente como por exemplo: conflito com o proprietário das terras e principalmente com os arrendatários ,as diversas desapropriações que acarretava na imigração da massa para terras cedida de uma antiga fabrica de biscoitos a INDAL, localizada as margens da BR101, desafios necessários que nos possibilitou em nosso fortalecimento durante a luta.

No ano de 2001, deu-se início ao desenvolvimento do assentamento com a construção das casas, além da nossa residência meu pai ajudou no construir de mais cinco moradias. Depois

dessa grande conquista, que foi a afirmação do direito de trabalhar nas terras, a organização ainda se fazia fundamental para a construção da identidade campesina das 160 famílias a qual hoje se encontra com 2 mil habitantes.

Para que toda essa mobilização tivesse força contamos com o apoio do MST que nos auxiliou em nossa permanência como assentados de reforma agrária com uma ideologia do crescimento coletivo, a partir da construção de subsídios que possibilitasse neste desenvolvimento coletivo, com a criação da cooperativa, fundamental para o escoamento dos produtos produzido pelos assentados como a mandioca, a macaxeira, o inhame, os grãos e frutas diversas.

Diante de todos esses fatores de reafirmação do sujeito vindo das lutas, se faz necessário não apenas pensar no indivíduo como provedor familiar, mas também o fortalecimento das novas gerações crianças/adolescentes.

5. OS CAMPONESES E AS RAZÕES SÍMBOLICAS

5.1 IDENTIDADE CAMPONESA FORJADA NAS LUTAS SOCIAIS

Identidade é o conjunto das características e dos traços próprios de um indivíduo ou de uma comunidade. Esses traços caracterizam o sujeito ou a coletividade perante os demais. A identidade também é a consciência que uma pessoa tem dela própria e que a torna em alguém diferente das outras. Embora muitos dos traços que constituem a identidade sejam hereditários ou inatos, o meio envolvente exerce influência sobre a conformação da especificidade de cada indivíduo. Quando esses aspectos são relacionados ao meio rural, podemos compreender que o sujeito ali inserido, venha a ter necessidades específicas diferentes de outros sujeitos que não conheça essa realidade.

“Trabalhamos por uma identidade própria das escolas do meio rural, com um projeto político pedagógico que fortaleça novas formas de desenvolvimento no campo, baseadas na justiça social, na cooperação agrícola, no respeito ao meio ambiente e na valorização da cultura camponesa” (1º Encontro Nacional de Educadores e Educadoras da reforma agrária, Brasília, 28 a 31 de julho de 1987).

A identidade camponesa para a transformação social, só se faz possível quando a realidade do homem do campo está evidenciada no processo de construção social e a vida, seus saberes e fazeres são instrumentos para a efetivação de uma educação de qualidade. A partir dessa dinâmica se faz possível organiza/construir a identidade do homem do campo por meio de mobilizações dos movimentos sociais em espaços populares.

A identidade não é algo pré-estabelecido, ela é múltipla e vai sendo modificada a partir das interações ao qual está inserido o sujeito. Pode-se dizer que a identidade é transmutada, modificada e ampliada, fazendo com que o indivíduo esteja em constante discordância com o meio que não contemple as suas reais necessidades de permanência em um âmbito/grupo. Identifica-se nos movimentos sociais do campo a oportunidade de reivindicar uma educação do campo que valorize a terra como elemento essencial para a sua permanência, elementos de seu cotidiano para instrumento de formação social e a valorização da produção do trabalho, da

cultura e de uma educação contextualizada. Buscando a efetivação de uma identidade política de movimentos para o campo/camponês.

A gente tem construído o nosso método pedagógico a partir da discussão de nossa realidade. Todo o processo de discussão de educação no MST tem como princípio a gestão democrática, no qual todo o processo é construído por todos. Todos os nossos cursos de ensino médio, graduação e pós-graduação solicitam a elaboração de uma monografia, em que as pessoas trazem os problemas da comunidade, do local onde vivem. Conversamos com os professores para que não façam apenas a exposição de conteúdo nas salas de aula. Nós sabemos da nossa realidade, o que queremos é analisá-la com o conhecimento da ciência. (pag.171)

Nesta perspectiva de enfrentar as inúmeras problemáticas vivenciadas para a efetivação da educação nas áreas rurais que viabilizassem o desenvolvimento social e econômico do indivíduo garantindo a soberania alimentar a partir da aplicação de técnicas agroecológicas e sustentáveis. Nota-se a partir da citação acima do quanto é importante o protagonismo do sujeito para a elucidação e construção de uma educação que atenda as especificidades do sujeito do campo, para que haja a plenitude da construção do conhecimento de um cidadão consciente e participante da sociedade.

De acordo com Fernandes (apud Batista,2007, p. 182):

o camponês é compreendido por sua base familiar. Pelo trabalho da família na sua própria terra ou na terra alheia, por meio do trabalho associativo, na organização cooperativa, no mutirão, no trabalho coletivo, comunitário ou individual. A base familiar é uma das principais referências para delimitar o conceito de campesinato. Em toda sua existência essa base foi mantida e é característica fundamental para compreendê-la.

Muitos relacionam a identidade camponesa apenas com questões agrárias, porém não se limita a essa única especificidade, mais como também as razões simbólicas pela qual aquele sujeito foi inserido ao longo da sua vida no campo.

Quando contrapomos a questão agrária da simbólica, não significa o grau de importância das mesmas para a formação do ser camponês. A terra em sua maior plenitude se faz não apenas o meio de subsistência familiar, mais como também a valorização dos pequenos produtores rurais para toda uma sociedade. Fazendo com que as razões simbólicas da terra ganhem maior

intimidade perante aqueles sujeitos que tanto depende dela para sobreviverem, como um filho recém-nascido necessita da sua mãe.

O movimento camponês pressupõe um estado de contestação. Os ideais e as práticas contestantes são relevantes à medida que constituem uma interpretação divergente da ordem estabelecida, ou do "novo" que desestrutura as relações sociais existentes. São comportamentos incorporados pelos indivíduos como forma de resistência, podendo se desdobrar em movimentos mais amplos, criando novas condutas que pressupõem linguagem, rituais e práticas inovadoras (muitas vezes no sentido de reinvenção), elaborando um referencial utópico no qual se protegem do presente e se inserem no futuro. (pag.180-181)

Assim, os Movimentos sociais em especial ao MST, forjam a partir das lutas a garanti de uma educação que contemple as inúmeras concepções do campo, em uma perspectiva histórica fragilizada por servir aos interesses de grandes proprietários de terra e para o preenchimento de políticas públicas que só existem em um papel.

Essa identidade camponesa é afirmada através do longo da historia por meio de lutas e conflitos de classes, que muitas vezes foram deflagradas e delimitadas para que atendesse aos interesses de uma pequena parte da população como a elite oligárquica.

Segundo Fernandes (2009), é na existência das classes, de seus antagonismos sociais e no Movimento Social, ou seja, nas impulsões dos trabalhadores no sentido de alterar a sociedade existente e de criar uma sociedade nova.

E por meio dessa incompatibilidade de interesses que a luta por uma educação contextualizada no/do campo se faz necessária, tornando-se sujeitos conscientes da realidade e promoveram a organização e a atuação popular.

Educação do Campo vem do movimento, das lutas pelos direitos de todos que vivem no território do campo, e que veem na educação a possibilidade de reconstrução da identidade, da ampliação de conhecimento e de poder e, fundamentalmente, de construir e compartilhar um projeto político para o país pensando o desenvolvimento territorial (FERNANDES, MOLINA, CALDART, JESUS, 2009, p. 248).

O conhecimento que circunda os sujeitos pertencente a movimentos sócias, são reflexo de suas experiências familiares e na luta por uma educação de qualidade e do direito de todos que vivem no território do campo à terra e uma vida digna.

5.2 EDUCAÇÃO DO CAMPO

A educação tem se constituído como um instrumento relevante na sociedade brasileira e às vezes tem sido definido por concepções de educação que no processo histórico tem evidenciado para caminho de natureza cartesiana, programática reprodutividade, crítica reprodutiva ou simplesmente crítica libertadora, neoliberal, pós-moderno, enfim, uma educação que se desenvolveu acompanhado a trajetória histórica e trouxe avanços a sociedade principalmente na área da pesquisa, responsável pela inovação de grão, nos agrotóxicos, alteração de genes das sementes para exportação em larga escala.

Mas os quem tem usufruído destes avanços são um pequeno grupo da população como os latifundiários, empresários, os banqueiros e políticos nacionais e internacionais. Enquanto a outros são negados o acesso a terra para sobreviver e garantir o sustento de outros brasileiros.

Em relação a educação do campo, é permitido ressaltar que a concepção de educação que vem sendo empregado pela cultura dominante elitista, não tem favorecido satisfatoriamente para combater o analfabetismo, elevar a escolaridade do sujeito sua cultura e seu padrão de vida. Há ainda insatisfação, ocasionadas pelo acesso tardio a escola que na maioria das vezes nas regiões mais pobre do Brasil, são oferecidos sem condição de oportunidade de saberes para as crianças, adolescentes, jovens e adultos devido a precariedade de investimento dessas políticas públicas, isso representa sem dúvida, uma das maiores dúvidas histórica para com a população do campo.

Parece-me que é urgente pesquisar a desigualdade histórico sofrido pelo povo do campo. Desigualdade econômica, social e para nós desigualdade educativas, escolares. Saberes como o pertencimento social, indígena, racial, do campo e decisivo nessa histórica desigualdade. Há uma dívida histórica mas há também uma dívida de conhecimento dessa desigualdade histórica. E esse parecer que seria um dos pontos que demanda pesquisa. Pesquisa essa dívida histórica, (ARROYO, 2016, p. 164)

A partir da citação nota-se que a problemática acerca da educação no campo brasileiro desde início do século XX, vem sendo ofertado de forma precária para simplesmente cumprir as convenções políticas e econômica.

A educação do campo é um desafio que perdura ao longo da história, mesmo o Brasil sendo um país originalmente agrário, foi esquecido a necessidade de criar políticas pública que

dessa base para a fomentação de uma educação do campo. Pois traz consigo inúmeras concepções quanto ao campo de embasamento teórica quanto prática.

As políticas públicas são ações empreendidas pelo Estado para efetivar as prescrições constitucionais sobre a necessidade da sociedade em âmbito federal, estadual e municipal. São políticas de economia, educação, saúde, meio ambiente, ciências e tecnologia, trabalho [...] (AHLERT,2003, p.130)

Historicamente a identidade dos sujeitos do campo vem sendo deflagrada a partir da desvalorização e a falta de oportunidade de trabalho para a permanência no campo.

A partir das demandas dos movimentos e organizações sociais dos trabalhadores camponês que visa desenvolver novas concepções quanto ao campo e desconstruir os paradigmas do campo como lugar atrasado. E para que haja uma verdadeira educação no campo e para o campo, se faz necessário práticas educacionais na qual participem todos os envolvidos no processo como: Agentes educacionais, comunidade escolar, pais e comunidade.

Que nos ajudem a compreender que a educação do campo tem por objetivo a formação do sujeito camponês conhecedor da sua própria realidade e da comunidade em que vive.

Diante desses levantes a cerca do meio rural como lugar de convívio social e com os avanços nos espaço das agendas políticas nas instancias federais, estaduais e municipais, nos últimos anos. Se faz necessário a valorização da cultura popular que esta intimamente ligada com os valores do campo e seu processo produção.

5.3 A RESISTÊNCIA BROTA COM A EDUCAÇÃO: MST

5.3.1. O QUE QUEREMOS COM AS ESCOLAS DOS ASSENTAMENTOS

Segundo o Caderno de Formação n. 18 – publicado em julho de 1991, p.31-32, faz uma breve análise sobre o que se pretende desenvolver nas escolas de assentamentos. Através dele, o MST propõe a criação de uma escola voltada para a realidade do aluno, cuja prática escolar deve estar em consonância com o trabalho manual e intelectual, gerando e produzindo sujeitos capazes de transformar a realidade.

Neste contexto o professor não pode ser apenas um mero espectador do processo, tem que ser um educador, e como tal, tem que participar do processo e compartilhar realidades para a formação de um cidadão pleno em suas ações sociais. Tendo em vista essa singularidade

podemos perceber no texto abaixo retirado do caderno de formação nº 18 essas especificidades quanto a formação educacional como para a militância. Vejamos:

A história da educação no Movimento Sem Terra é uma caminhada feita com teimosia e luta. Pela educação básica das crianças assentadas/ acampadas, pais, professores, jovens e alunos muito têm batalhado. Às vezes juntos, às vezes cada um do seu jeito e com as condições de cada momento.

Nesse caminhar da educação dentro do MST muitas experiências novas estão sendo desenvolvidas. Enfrentando as dificuldades com criatividade e disposição, estamos construindo um novo jeito de educar e um novo tipo de escola. Uma escola onde se educa partindo da realidade; uma escola onde professor e aluno são companheiros e trabalham juntos – aprendendo e ensinando; uma escola que se organiza criando oportunidades para que as crianças se desenvolvam em todos os sentidos; uma escola que incentiva e fortalece os valores do trabalho, da solidariedade, do companheirismo, da responsabilidade e do amor à causa do povo. Uma escola que tem como objetivo um novo homem e uma nova mulher, para uma nova sociedade e um novo mundo. O caminho se faz caminhando. Se aprende capinar, capinando. Em nosso trabalho de educação estamos aprendendo muitas lições.

O que queremos com as Escolas dos Assentamentos é fruto da prática e da reflexão feita por professores, pais, lideranças e alunos ao longo dos últimos dez anos. É a atual proposta do MST para as escolas de assentamentos. Uma coisa é verdadeira quando pode ser comprovada na prática. E é para esse trabalho que convocamos todos (professores, assentados e alunos) para provar lá na prática, do dia-a-dia da escola, no assentamento, que é possível fazer uma educação voltada aos interesses dos trabalhadores. E só trabalho de sala de aula não basta.

É preciso estruturar o Setor de Educação, promover encontros e cursos com os professores, realizar assembleias com os assentados para aprofundar a prática e a teoria dessa educação que queremos. A educação é um processo longo. Exige perseverança, criatividade e ousadia. Pegando firme juntos, conseguiremos romper com as cercas de mais este latifúndio: o latifúndio do analfabetismo e da educação burguesa, fazendo a Reforma Agrária também do saber e da cultura.

I – NOSSOS OBJETIVOS As Escolas dos Assentamentos do MST devem ser um lugar que:

a) Prepare as futuras lideranças e os futuros militantes do MST, dos Sindicatos, das Associações, das Cooperativas de Produção de Bens e Serviços e de outros Movimentos

Populares. Todos já sabemos que A LUTA NÃO PODE PARAR. Sabemos também que os nossos filhos e filhas devem continuar a nossa luta, e com mais garra do que nós.

b) Mostre a realidade do POVO TRABALHADOR, da roça e da cidade. Mostre o porquê de toda exploração, o sofrimento e a miséria da maioria. Mostre o porquê do enriquecimento de alguns. Mostre o caminho de como transformar a sociedade. Além de ESTUDAR tudo isso, os professores e alunos devem PARTICIPAR das lutas dos Movimentos Populares e Sindicais.

c) Pense como deve funcionar a nova sociedade que os trabalhadores estão construindo. Compare isto com os nossos Assentamentos. O NOVO já deve começar AGORA.

A partir do texto acima, podemos perceber que a escola deve ensinar a ler, escrever e calcular a realidade. De forma que os sujeitos participem de todo o processo de fundamentação do conhecimento.

A proposta de educação do campo semeada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), é uma educação contextualizada com a realidade do público atendido que contemple as múltiplas concepções quanto ao campo, enraizada pela pluralidade cultural existente na sociedade brasileira. De forma que possibilite crianças, jovens e adultos a permanência e atuação na militância pela luta de direitos por uma educação igualitária e popular, igualdade social e de gênero no campo. Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo. (Paulo Freire)

Como menciona Freire, o processo de ensino aprendizagem ocorre de maneiras individual, de forma que o sujeito tanto ensina quanto aprende continuamente de forma ativa.

Esta construção da educação pode ser forjada (TRAÇADA) a partir das lutas e ações coletivas e individuais na sociedade a qual pertença o indivíduo.

5.4 CONTRIBUIÇÕES DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA PARA A EMANCIPAÇÃO DOS CAMPONESES

A emancipação econômica das classes trabalhadoras é o objetivo primordial a que todo movimento político deve subordinar-se como meio (Karl Marx). Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e estatística (IBGE) divulgados no ano de 2015, no Brasil cerca de 13 milhões de pessoas não sabem ler nem escrever. Isso corresponde cerca de 8,3% da população total.

Diante disso, ao longo das décadas de luta e organização do MST no Brasil, as ocupações dos latifúndios sempre andaram enviesadas com a ocupação do saber, propagando novas ideologias acerca de que valores? Que ideologia? Que transformações? Se faz necessário para a construção e emancipação do sujeito.

Através de suas ações de luta pela terra e do trabalho para a realização de um projeto de Reforma Agrária Popular, o MST, tem apontado a carência de políticas sociais públicas aos sujeitos que produzem a vida no campo brasileiro. Ao mesmo tempo, evidenciando a necessidade da criação de um projeto de sociedade alternativo ao capital.

Na metade dos anos 1990, a luta por uma política educacional no e do campo adquiriu uma dimensão maior, os sujeitos do campo pertencentes aos Movimentos Sociais Populares do Campo (MSPdoC) concretizaram um conjunto de ações políticas. Com o acúmulo das lutas sociais e da construção de processos formativos e educativos no território do campo, ampliou-se a luta e a conquista por política social e pública de educação, com a participação da sociedade civil organizada.

Uma educação voltada para as especificidades desses sujeitos que foram forjados nas lutas pelo direito e garantia do trabalho na terra, surgiu antes mesmo da formação oficial do MST, a partir do surgimento de acampamentos no Rio Grande do Sul. Tal objetivo iniciou-se por meio da Professora Maria Salete Campigotto, que foi a primeira professora de acampamento do país e que possibilitou a oferta de uma educação em área de assentamento, a partir daí foram levantadas outras questões sobre a educação ofertada para esse público como qual é educação que queremos? E como queremos?

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com o que foi exposto, é possível afirmar que Educação do campo é fortalecido por meio de uma juventude criativa, reformadoras, lutadoras e de lideranças do futuro. Mas elas só poderão ser protagonistas deste futuro se tiverem os seus direitos garantidos e assistidos, fazendo com que se potencialize suas escolhas de vida, obter conquistas e realizar mudanças. A formação de sujeitos atuantes em meio social, político e técnico-econômico que reflete em ações concretas específicas da realidade dos jovens.

Tais avanços só é possível devido as reivindicações e demandas dos movimentos sociais por uma educação igualitária no/do campo. Tendo em vista que projetos como o do PONERA/UFPB/CNPq, contribuíram para o resgate social e cultural da identidade de jovens camponeses a partir do protagonismo no desenvolvimento rural, do trabalho com a terra a partir de técnicas agroecológicas e a contribuição dos movimentos para o enraizamento da cultura camponesa, o que demonstra a necessidade da efetivação de uma educação contextualizada com a realidade dos educandos, sejam filhos/as de agricultores rurais, residentes do campo ou até mesmo arrendatários que tem maior estreitamento da necessidade do direito a terra para a garantia da soberania alimentar.

REFERÊNCIAS

AHLERT, Alвори. **Políticas Públicas e Educação na Construção de uma Cidadania Participativa, no Contexto do Debate Sobre ciências e Tecnologia.** EDUCERE- Revista da Educação, p. 129-148, vol.3, n.2, julho/dez.2013.

BATISTA, Maria do Socorro Xavier. **Movimentos sociais e Educação Popular do Campo (re) constituindo território e a identidade camponesa.** In: ALMEIDA, M. de Lourdes Pinto de Almeida; JEZINE, Edineide (Orgs.). **Educação e movimentos sociais: novos olhares.** Campinas, SP: Autêntica, 2007. p.p.169-189.

Cadernos do ITERRA: Dezembro 2002 - **Pedagogia da terra** <
<http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/Caderno%20Iterra%2006.pdf>>
 acesso em 18/05/ 2018.

CALDART, Roseli Salete. **Elementos para a construção de um projeto político e pedagógico da Educação do Campo.** In: Molina, Monica C.; JESUS, Sonia Meire A. de. (orgs) **Contribuições para a construção de um projeto político e pedagógico Da Educação do Campo.** Brasília: DF, 2004.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** 17ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1987. **Pedagogia da autonomia.** 2. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996. **Conscientização.** São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M.E.D.A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas.** São Paulo, EPU, 1986.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Dossiê MST Escola.** Caderno de Educação nº 18, Documentos e Estudos 1991 – 2001, São Paulo: Expressão Popular, 2ª Edição, 2005.

Movimento dos trabalhadores rurais sem terra. Disponível em <
https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Movimento_dos_Trabalhadores_Rurais_Sem_Terra > Acesso
em: 18/05/2018.

SNYDERS, Georges. **Escola, classe e luta de classes.** 2ª edição – Lisboa: Moraes. 1981.

Taxa de analfabetismo cai 4,3 pontos percentuais em 14 anos, diz IBGE. Disponível em
<[http://g1.globo.com/educacao/noticia/2015/11/taxa-de-analfabetismo-cai-43-pontos-
percentuais-em-14-anos-diz-ibge.html](http://g1.globo.com/educacao/noticia/2015/11/taxa-de-analfabetismo-cai-43-pontos-percentuais-em-14-anos-diz-ibge.html) > Acesso em: 18/05/2018.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em
educação. São Paulo: Atlas, 1987.

APÊNDICE

Documentos que serviram como base para análise e obtenção de dados relacionado a contribuição do “Projeto Residência” Jovem para a formação da identidade de jovens camponês.

Projeto analisado:

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

Título do Projeto:	JUVENTUDE RURAL: fortalecendo a inclusão produtiva na Zona da Mata e Brejo Paraibano	
Coordenador do Projeto:	ALEXANDRE EDUARDO DE ARAUJO, Professor Adjunto, Doutor. 83 9913-1507. alexandre.eduardo@pq.cnpq.br CV: http://lattes.cnpq.br/3615237118676699 Líder do Grupo de Pesquisa cadastrado no CNPq: Agroecologia, Resistência e Educação do Campo	
Instituição Executora:	Centro de Ciências Humanas Sociais e Agrárias / Universidade Federal da Paraíba (CCHSA/UFPB)	
Instituição (ões) Colaboradora (s):	COOPTERA, SEDAP-PB, SEJEL-PB, IPEMA.	
Edital:	CHAMADA MCTI/MDA-INCRA/CNPq N° 19/2014 - FORTALECIMENTO DA JUVENTUDE RURAL	
Linhas de apoio na (s) qual (is) a proposta está inserida:	01 (X)	a) Fomento à organização para acesso da juventude aos mercados institucionais, como o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA e Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE;
	02 (X)	b) Apoio a processos de beneficiamento/agroindustrialização de produtos pelos grupos, associações e cooperativas de jovens assentados/agricultores familiares e comunidades tradicionais;

	03 (X)	c) Apoio a processos de gestão administrativa de grupos, associações e cooperativas de jovens assentados/agricultores familiares e comunidades tradicionais;
	04 (X)	d) Agroecologia e Sustentabilidade na produção agrícola, pecuária, atividades pluriativas e manejo de recursos naturais nos assentamentos rurais, agricultura familiar e comunidades tradicionais;
	05 (X)	e) Comunicação, Projetos Artísticos e Culturais em comunidades de assentamentos rurais, agricultura familiar e comunidades tradicionais;
	06 (X)	f) Uso de metodologias participativas aplicadas à pesquisa, assistência técnica e extensão rural.

Descrição da experiência do Coordenador do projeto na gestão de projetos com características equivalentes:

Professor Adjunto da UFPB, colaborou na construção e gestão de projetos de pesquisa, extensão e desenvolvimento no âmbito da UFCG (Projeto Universidade Camponesa), na ONG Arribaça (Projeto Formação de Educadores(as) Rurais) e Embrapa Algodão (Projeto Campos de Aprendizagem em Manejo Sustentável da Caatinga), bem como de projetos desenvolvidos no âmbito dos fóruns de desenvolvimento rural sustentado dos territórios do Cariri e Borborema, tais como: Centro de Vivência do Curimataú da Borborema, Centro Vivo de Documentação do Cariri Paraibano e Centro de Desenvolvimento Sustentável da Agricultura Familiar. Foi Secretário de Estado da Agricultura Familiar do estado da Paraíba e atualmente é Coordenador de Pesquisa e Extensão do Colégio Agrícola “Vidal de Negreiros”.

2. Identificação dos demais participantes, com breve relato de suas experiências na área do projeto

Nome	Instituição	CPF
José Jonas Duarte da Costa	UFPB/INSA	409.657.324-87
<p>Doutor em História Econômica pela Universidade de São Paulo (2003). É membro do Grupo de Pesquisa: História do Século XX/CNPq. Lidera o Grupo de Pesquisa sobre a América Latina Contemporânea. Participa do Grupo de Pesquisa: Observatório da Educação do Campo desde 2008. Tem experiência na área de História Econômica, Política e Social, com ênfase em História Regional, História Regional da América Latina, atuando principalmente nos seguintes temas: movimentos sociais e revolução na América Latina, desenvolvimento regional, movimentos sociais, questão agrária, reforma agrária, violência, políticas públicas, história política, Nordeste, lutas sociais, Paraíba - modernização agrária, agricultura familiar, desertificação, semi-árido, meio ambiente, SUDENE, economia e cultura nordestinas.</p>		
Albertina Maria Ribeiro Brito de Araújo	UFPB/CCHSA/DE	024.111.204-43
<p>Doutora em Educação, na linha de pesquisa de Educação Popular. Professora de EBTT no Colégio Agrícola “Vidal de Negreiros”, da UFPB.. Membro da Rede de Educação do Campo do Território da Borborema, desenvolve atividades de pesquisa e extensão nas áreas de gestão e planejamento, administração rural, educação do campo e educação popular.</p>		
Dilei Aparecida Schiochet	MST	485.279.809-50
<p>Possui graduação em História pela Universidade Federal da Paraíba UFPB (2008), foi dirigente nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (2002 á 2008), responsável pela articulação e convênios e parcerias MSC/UFPB/PRONERA, cursa o curso de especialização em Processos históricos e inovações tecnológicas no semiárido UFPB/INSA/PRONERA e compõe a coordenação Política pedagógica do curso de especialização em agroecologia a UEPB/PRONERA.</p>		
Regina Célia Gonçalves	UFPB	236.608.054-9

<p>Desde 1991 é docente do Departamento de História da Universidade Federal da Paraíba. Publicou diversos artigos em periódicos especializados e trabalhos em anais de eventos, além de capítulos de livros e livros. Integra o Banco de Avaliadores do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - BASis, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, como Avaliadora de Cursos de Graduação. É sócia-efetiva do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano. No momento orienta bolsistas de Extensão e Trabalhos de Conclusão do Curso de Graduação em História. Coordena 2 projetos de pesquisa. Atua na área de História, com ênfase em História do Brasil Colônia e Ensino de História/História local.</p>		
Eduardo Rodrigues Araújo	MST	063.429.824-06
<p>Possui graduação em Agronomia pela Universidade Federal da Paraíba-UFPB (2009) e é mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural na Universidade Federal de São Carlos-UFSCar (2011). Atua com Agricultura e Meio Ambiente, Ciências do Solo, Agroecologia, Sustentabilidade na Agricultura, Agricultura Familiar e Reforma Agrária.</p>		
Álvaro Carlos	UFPB	030.915.944-08
<p>Possui graduação em Agronomia pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (2005), mestrado e doutorado em Agronomia (Fitotecnia) pela Universidade Federal de Lavras (2010). Atualmente é professor do ensino superior na UFPB Campus Bananeiras. Tem experiência na área de Agronomia, com ênfase em produção e Melhoramento de Olerícolas e produção agroecológica de hortaliças.</p>		

3. Resumo

A promoção do desenvolvimento agrário sustentável passa pela resolução dos problemas que envolvem as juventudes do campo. Nesse sentido essa proposta visa contribuir com a inserção social na busca da autonomia intelectual e econômica de 60 jovens do campo, oriundos dos Territórios da zona da Mata Norte e Sul, Piemonte e Borborema. Os jovens serão selecionados em parceria com os movimentos sociais do campo e organizações da agricultura familiar. Será respeitada a paridade entre jovens do sexo masculino e do sexo feminino. A proposta

metodológica segue os princípios da Pedagogia da Alternância, onde os jovens passarão por formação teórica e prática nos tempos Comunidade e Escola. O conteúdo abordado durante o processo de aprendizagem visa aprimorar suas capacidades críticas e reflexivas, bem como instrumentalizá-los em técnicas agroecológicas de produção agrícolas e não agrícolas, buscando o fortalecimento da identidade camponesa e a valorização das culturas e saberes locais. Basear-se na aprendizagem problematizadora a partir da contextualização do conhecimento e do diálogo de saberes durante o processo de formação. Serão realizadas visitas de intercâmbio e serão construídos projetos individuais e coletivos com suas comunidades/assentamentos, buscando empoderá-los na execução de políticas públicas, especialmente PAA e PNAE.

FAZER UMA ESPLANAGEM DESTA PROBLEMÁTICA QUE RESULTOU NA NECESSIDADE DEU FORMAÇÃO VOLTADO PARA ESSE PUBLICO Q MITS DAS VEZES É MARGINALIAZADO

4. Objetivos e metas

Objetivo Geral:

Capacitar jovens agricultores (as) e filhos (as) de agricultores (as) para que possam contribuir com o desenvolvimento agrário sustentável a partir de ações em suas próprias comunidades e assentamentos, propiciando novos conhecimentos e apropriação de tecnologia para a consolidação da autonomia econômica e inclusão social das Juventudes do Campo.

Objetivos Específicos:

Oferecer capacitação teórica e instrumental prática a jovens agricultores e agricultoras dos territórios Paraibanos da Zona da Mata, Piemonte e Borborema;

Capacitar jovens agricultores e agricultoras na área de desenvolvimento rural sustentável;

Habilitar jovens para acessar a linha de crédito PRONAF Jovem, PAA e PNAE;

Construir coletivamente propostas individuais e comunitárias de geração sustentável de renda nas comunidades rurais e assentamentos da reforma agrária;

Contribuir com o aprimoramento intelectual para formação de uma consciência crítica dos/das jovens envolvidos.

Metas:

- Capacitar 60 jovens oriundos de comunidades rurais e assentamentos da reforma agrária como agentes de desenvolvimento rural sustentável, usuários de políticas públicas para Agricultura Familiar e multiplicadores de práticas agroecológicas;
- Construir 10 projetos coletivos para o desenvolvimento de atividades econômicas agrícolas e/ou não-agrícolas nas comunidades/assentamentos;
- Construir 20 projetos individuais para o desenvolvimento de atividades econômicas agrícolas e/ou não-agrícolas nas comunidades assentamentos;

5. Qualificação do principal problema

Os territórios da Zona da Mata Norte, Zona da Mata Sul, Piemonte e Borborema no estado da Paraíba possuem condições edafoclimáticas distintas, variando de condições pluviometria elevada até baixo índice de precipitação. Seus solos e vegetação têm grande diversidade, o que influencia também a uma agricultura familiar diversa quanto aos sistemas produtivos.

O que há de pouco diverso é o processo histórico de dominação e resistência nas relações sociais injustas que se desenvolvem ao longo de mais de cinco séculos. Esse processo corroborou na consolidação de uma agricultura familiar camponesa repleta de potencialidades e fragilidades. Dentre os tantos desafios vividos, tais como a degradação ambiental, o baixo nível de escolaridade, o acesso ao crédito, à agregação de valor à produção e a falta de renda, trabalhar os aspectos inerentes a reprodução social, em um primeiro momento fortalecendo a identidade campesina a partir da inserção das juventudes em suas comunidades e na sociedade em geral é urgente.

Os estudantes serão oriundos do campo, localizadas em municípios do desses territórios, que estão dentro da Política de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário-MDA. Todas essas áreas possuem baixos índices desenvolvimento socioeconômico e parte delas está sob processo de desertificação já bastante desenvolvido. A

agropecuária é a principal atividade econômica praticada nesses espaços, e a sua prática tecnicamente inadequada e não contextualizada para as condições ambientais está associada à degradação e exaustão dos recursos naturais, principalmente dos solos e da biodiversidade.

Assim, faz necessário contribuir com o processo de formação de capital social via a capacitação de pessoas que estejam inseridas nas dinâmicas sociais existentes para que possam ser catalisados os processos de mudanças na matriz tecnológica dos sistemas de produção agropecuários, bem como atuarem no fortalecimento das interfaces político-institucional do desenvolvimento sustentável.

Os processos educativos sejam eles formais ou informais, podem contribuir de maneira decisiva na percepção e compreensão dos problemas que afetam a população. Para isso, faz-se necessário que os paradigmas políticos-pedagógicos de sustentação das atividades voltadas à construção e aprimoramento de conhecimentos estejam em sintonia com as dinâmicas sócio-culturais, econômicas, ecológicas e políticos-institucionais que se desenvolvem nos locais em que essas atividades acontecem, e promovam ações de ressignificação que sejam estruturantes na mitigação de riscos a desastres (ARAUJO, 2006).

É preciso que o processo pedagógico esteja destinado a desenvolver o “capital cultural” dos atores sociais engajados na agricultura familiar brasileira – especialmente a juventude rural – estimulando os potenciais crítico, reflexivo, criativo, técnico e organizativo desses sujeitos, de maneira que eles possam responder ativamente às suas necessidades políticas, tecnológicas e institucionais para o desenvolvimento sustentável (CANIELLO et al., 2006).

O depoimento abaixo é característico da percepção de educandos e educandas, da Universidade Camponesa, sobre um processo de capacitação que conseguiu alcançar satisfatórios rendimentos na instrumentalização das técnicas de produção agroecológicas e no desenvolvimento do censo crítico dos estudantes (ARAUJO, 2006):

Foi muito interessante, mostrou que estamos ficando capazes de analisar melhor o que é bom para nós e o que devemos fazer para a nossa comunidade e propriedade.

A presente proposta segue raciocínio semelhante ao desenvolvido na Universidade Camponesa, onde a aprendizagem das tecnologias sustentáveis acontecerá paralelo a uma reflexão crítica da realidade cotidiana dos jovens agricultores e agricultoras, estimulando-os para o aprimoramento de suas capacidades de discernimento sobre o que acontece em suas

comunidades e assentamentos rurais, buscando alternativas de implementar ações individuais e coletivas a partir do empoderamento sobre as políticas públicas.

6. Metodologia

Esse projeto será desenvolvido nos Territórios da Borborema, Zona da Mata Norte e Piemonte. O público participante é formado por jovens agricultores(as) e filhos (as) de agricultores (as) assentados da reforma agrária e/ou moradores de comunidades rurais, com idade entre 15 e 29 anos, estudantes cursando ou já tendo cursado o ensino médio, e que já participem de ações extensionistas, educativas ou organizativas junto à sociedade civil organizada, movimentos sociais ou a órgãos do estado.

A proposta de atividades tem duração de 24 meses. Serão capacitados 60 jovens, sendo uma turma de 30 estudantes em 2015 e outra em 2016. O processo de aprendizagem pela pesquisa obedece a Pedagogia da Alternância, e está dividido em dois momentos distintos e conectados: tempo escola e tempo comunidade. O tempo escola está dividido em três módulos de 54 horas cada um, onde acontecerão aulas teóricas e práticas, totalizado 162 horas/turma.

Durante as atividades presenciais acontecerão Visitas de Intercâmbios às comunidades e assentamentos com experiências consolidadas de organização, agroindustrialização, cooperativismo e integração com políticas públicas conquistadas pela Agricultura Familiar.

O tempo comunidade será acompanhado pela equipe de coordenação pedagógica do projeto, onde os estudantes desenvolverão em sintonia com as dinâmicas locais as atividades definidas no tempo escola. Serão dois tempos comunidade intercalados, com duração cada um de 80 horas, totalizando 160 horas de tempo comunidade.

As atividades a serem desenvolvidas no tempo comunidade estará em função das diferentes realidades vivenciadas pelos jovens em suas realidades específicas, as ações serão forjadas com elas (juventudes do projeto), podendo variar da construção e implementação de um projeto coletivo de comercialização da produção via compras institucionais, até projetos individuais não agrícolas.

Cada turma passará por uma formação contextualizada com suas realidades na busca por potencializar as vocações existentes, tanto no aspecto teórico quanto prático, totalizando 322 h com os seguintes conteúdos: Formação Territorial e Ciclos Econômicos; Juventude, Identidade, Cultura e Manifestações Artísticas na Agricultura Familiar; Zoneamento

Agroecológico; Sistematização e Metodologias Participativas na Sustentabilidade dos Sistemas de Produção; Gestão, Planejamento e Projetos Agrícolas e Não Agrícola para Segurança Alimentar, Nutricional e Geração de Renda no Campo; Tecnologias Agroecológicas de Agregação de Valor aos Alimentos; Acesso às Políticas Públicas, especialmente PNAE e PAA.

As etapas de execução acontecerão da maneira seguinte:

- (1) Divulgação, indicação e seleção dos participantes que será realizada pelas ONG's, movimentos e lideranças comunitárias parceiras do projeto, com o apoio e participação da coordenação do projeto;
- (2) Tempo Escola, período em que acontecerão as capacitações teóricas e práticas (três períodos de vivência por turma);
- (3) Tempo Comunidade/Assentamento, período em que serão colocadas em prática junto as famílias as ações coletivas e/ou individuais (dois momentos comunidade por turma);
- (4) Acompanhamento das atividades nas comunidades pela equipe de professores, pesquisadores e colaboradores;
- (5) Avaliações parciais com os envolvidos na proposta;
- (6) Visitas de intercâmbio a experiências consolidadas da Agricultura Familiar (duas visitas por turma);
- (7) Realização de um seminário de avaliação com as duas turmas e parceiros ao final do segundo ano de atividades.

Durante o Tempo Escola, acontecerá a formação com conteúdos contextualizados para que os conhecimentos possam ser utilizados no cotidiano dos educandos(as), cujo objetivo de permitir aos educandos (as):

- ampliar suas capacidades reflexivas sobre o mundo em que vivem;
- fortalecer a identidade campesina junto às juventudes da agricultura familiar;
- aprimorar seus conhecimentos na área gerencial e contábil-financeira ligada a atividades rurais;
- conhecer a legislação ambiental e técnicas agroecológicas de uso racional dos recursos naturais;
- melhorar seus conhecimentos em informática e técnicas de comunicação virtual;
- capacitar na elaboração de projetos produtivos, artísticos e de desenvolvimento;

- dominar técnicas básicas de análises de agroecossistemas, com foco em tecnologias agroecológicas para produções agropecuárias específicas;
- dominar técnicas de pesquisa e extensão participativas para o desenvolvimento rural participativo;
- aprimorar as capacidades de se empoderar, utilizar, construir ou fiscalizar a execução de políticas públicas.

O método de condução do processo de aprendizagem é baseado na pedagogia da alternância, da pergunta, buscando a problematização para resolução de problemas em situações reais e a contextualização do conhecimento. Esse método segue ensinamento contidos na obra de Paulo Freire (Freire, 2004, 2001, 1996, 1988).

Para monitoramento e avaliação do processo pedagógico serão observados os seguintes indicadores:

1. Assiduidade;
2. Evasão;
3. Pontualidade;
4. Participatividade;
5. Desenvolvimento das atividades na comunidade;
6. Interação dos estudantes nas dinâmicas locais de suas comunidades/assentamentos;
7. Desenvolvimento dos produtos (cartilhas, livro, projetos);
8. Realização do seminário;
9. Realização dos intercâmbios;
10. Continuidade das atividades após o término das capacitações.

A indicação e seleção dos/das jovens participantes será feita após processo de divulgação na imprensa local e nas associações e sindicatos de trabalhadores rurais. Essa mobilização será feita em conjunto com os parceiros da proposta. Será constituída uma comissão de seleção formada de seis membros (dois professores, dois representante das parceiras e dois representantes e lideranças comunitárias dos agricultores(as)). A seleção constará de entrevista oral e redação sobre a necessidade de pessoas que promovam o desenvolvimento agrário sustentável, solidário e a agroecologia.

7. Principais contribuições científicas ou tecnológicas

a) Tecnologia de Educação Contextualizada e de Ensino Multidisciplinar

Sistematização na forma de livro de uma proposta que dialoga com diferentes ciências e disciplinas, ao passo em que permite a transversalidade de temas nas diferentes áreas do conhecimento. A reflexão do tema desenvolvimento rural exige a percepção do entrelaçamento e a busca das intersecções existentes na Zootecnia, na Agronomia, na Administração, na Contabilidade, na Computação, na Sociologia, na Política, na Educação e nas manifestações populares. Para tanto, fazem parte da proposta profissionais de diferentes disciplinas, instituições, departamentos e áreas do conhecimento.

b) Socialização do conhecimento

Elaboração de duas cartilhas destinadas a contribuir com a universalização de passos necessários à inclusão das juventudes em suas comunidades e ao fortalecimento da autonomia econômica e da identidade campesina.

Publicação de artigos científicos com as análises dos resultados das ações desenvolvidas.

Referências Consultadas

ARAÚJO, Alexandre Eduardo de & SANTOS, Fabiana do Nascimento (Orgs.). *Intervivência Universitária: uma experiência de Educação Contextualizada*. João Pessoa, Editora da, UFPB, 2011.

Araujo, A. E. de. *Construção de saberes e fazeres versus desastre desertificação: o caso da Universidade Camponesa*. Campina Grande: UFCG, 2006. 127p. (Tese de Doutorado)

Araújo, A. E. de; Barbosa, M. P.; Moraes Neto, J. M. de. Geoprocessamento no estudo de degradação ambiental e dos riscos a desastres no município de Sousa, Paraíba, desde uma perspectiva social. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE SENSORIAMENTO REMOTO, 11, 2003, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: INPE, 2003. CD rom

Araújo, E.A. de; Tonneau, J.P.; Caniello, M.; Lima, J.P. de; Leal, F.L.A.; Duque, G. *Sistemas produtivos do cariri Paraibano: uma reflexão participativa com os educandos do Projeto*

Universidade Camponesa. Encontro da Sociedade Brasileira dos Sistemas de Produção. **Anais...** Aracajú: Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2004. 15p. CD Rom. ISBN: 85-85809-11-6.

Barbosa, M. P. **Pobreza e desertificação lado a lado**. Fortaleza. Disponível em: www.noolhar.com/opovo/fortaleza/389085.html. Acesso em: 17 Mar. 2006.

BATISTA, Maria do Socorro Xavier (Org.). *Movimentos Sociais, Estado e Políticas Públicas de Educação do Campo*. João Pessoa, Editora da UFPB, 2011.

Caniello, M. M.; Tonneau, J.; Leal, F. de L. A. **Universidade Camponesa: programa, ações, avaliação e perspectivas**. Campina Grande: UFCG, CIRAD, 60 p. 2006.

Cavalcanti, E. **Para Compreender a Desertificação: Uma abordagem didática e integrada**. Disponível em: www.desert.org.br. Instituto Desert. Acesso em: 20 Jul. 2001.

Freire, P. **Pedagogia do oprimido**. 18. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1988.

_____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo, Paz e Terra, 1996. 148p.

_____. Reforma agrária, transformação cultural e o papel do agrônomo educador. In: Sousa, A. I. **Paulo Freire: vida e obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2001. p. 305-315

_____. **Pedagogia da tolerância**. São Paulo: UNESP, 2004. 329p

MMA. (Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal). **Mapa de susceptibilidade à desertificação no Brasil**. Plano Nacional de Combate à Desertificação. Brasília. 1998 a.

ONU. Conferência das Nações Unidas Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Agenda 21**. Promoção do Ensino, da Conscientização e do Treinamento. Capítulo 36. 1992.

Santos, T. C. C.; Câmara, J. B. D. (Org). **GEO Brasil 2002**. Perspectivas do Meio Ambiente no Brasil. Brasília: Edições IBAMA, 2002. 440 p.

Fotografia das atividades desenvolvida com os participantes do curso:

- Tempo escola;



(Figura 1) - Caderno utilizado como diário para contar a história do educando e seus familiares na luta pela terra e a participações na comunidade e sociedade.



(Figura 2) - Resgate das místicas;



(Figura 3) - Produção de uma incubadora para a criação de aves;



(Figura 4) - Produção de biofertilizante;



(Figura 5) - Produção de biofertilizante



(Figura 6) - Oficina de Produção de geleia ;



(Figura 7) – Oficina de produção de muda



(Figura 8) - Aula de conservação de sementes da Paixão;



(Figura 9) - Aula de identificação de tipo de solo;

- Tempo Comunidade



(Figura 10) - Oficina na comunidade Chico Mendes sobre Plantas Medicinais;



(Figura 11) - Dialogo com uma Assentada;



(Figura 12) - Oficina no Assentamento Tiradentes sobre A atuação do jovem e sua comunidade;



(Figura 13) - A experiência contou com o apoio de uma das primeiras professoras da comunidade Tiradentes a Sr^a Elizabete dos Santos Silva;



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

CE- CENTRO DE EDUCAÇÃO

Entrevista

- 1) Como foi participar do projeto Residência Jovem?

- 2) Quais foram as contribuições do projeto Residência Jovem para a sua formação social, cultural e política?

- 3) O que a família percebeu de diferente em você, jovem educando, durante e após a participação no curso?